



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UEPB NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

Maria Noalda Ramalho

*Universidade Estadual da Paraíba – [noaldaramalho@hotmail.com](mailto:noaldaramalho@hotmail.com)*

### **Resumo**

Este artigo advém da nossa pesquisa de doutorado acerca da avaliação do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Diante dos resultados alcançados, fizemos um recorte dos dados coletados sobre a formação de professores nesta universidade no processo de inclusão dos estudantes com deficiência. A investigação, ocorrida em cursos de graduação da UEPB, foi do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. Na ocasião, realizamos análise documental, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e registros de observação das interações dos alunos especiais, seus tutores e seus professores de graduação. Os dados obtidos mostraram a necessidade da formação docente para uma melhor prática da educação inclusiva na instituição, uma vez que revelaram que, apesar da preocupação dos professores para terem um bom relacionamento com os estudantes especiais e para utilizarem uma didática adequada às necessidades educacionais, os mesmos apresentaram insegurança e carência de conhecimentos específicos para lidarem com estudantes com deficiência.

**Palavras-Chave:** Formação de Professores, Inclusão, Universidade, Estudantes com deficiência.

### **1. Introdução**

Apesar das insuficiências ainda presentes no sistema de ensino universitário brasileiro, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) do país já contam com experiências de inclusão de estudantes com deficiência. Algumas delas vêm-se constituindo como objeto de estudo de pesquisadores em algumas academias brasileiras.

Este artigo socializa parte de nossa tese de doutorado realizada, através do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, acerca da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, a qual verificou os efeitos do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na permanência e desempenho acadêmico dos seus estudantes com deficiência nessa IES.

O Programa de Tutoria Especial foi criado oficialmente no ano de 2006 por meio da Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006 para prestar atendimento pedagógico individualizado,



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

por intermédio de tutores especiais, aos alunos da UEPB que apresentam deficiência física, intelectual, auditiva, visual e múltiplas. Segundo o artigo 14 da referida resolução o(a) tutor(a) possui como atribuições auxiliar o aluno com necessidades especiais em tarefas pedagógicas e científicas, em estudos e trabalhos teóricos, práticos e experimentais (UEPB, 2006).

No presente artigo, diante dos resultados obtidos em nossa tese, faremos, portanto, uma análise dos dados que enfatizam a questão da formação de professores da UEPB no processo de inclusão dos estudantes com deficiência, uma vez que esta temática tem sido alvo de debates em todos os níveis e modalidades de educação na contemporaneidade.

A reflexão que realizamos se faz importante por apresentar dados coletados relacionados à formação docente que podem contribuir, de maneira geral, tanto para a produção de conhecimento acerca da temática, como para a formulação de uma política de capacitação dos docentes da UEPB para a prática da educação inclusiva.

## 2. Metodologia

A investigação, realizada entre os meses de dezembro de 2009 a junho de 2011, foi do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. Os procedimentos empregados para a coleta de dados foram a análise de documentos; a aplicação de questionários; a realização de entrevistas com tutores, seus tutorandos (estudantes com deficiência) e os professores dos cursos de graduação e sessões de observação.

A pesquisa documental envolveu os documentos acerca do Programa de Tutoria Especial. A aplicação dos questionários teve como propósito a coleta de dados sobre a identificação e a caracterização socioeconômica dos estudantes com deficiência.

As entrevistas com os tutores, tutorandos e professores dos cursos facilitaram a ampliação e o aprofundamento da comunicação com a pesquisadora, sendo um momento recíproco de troca de conhecimentos, de experiências e, conseqüentemente, de aprendizagem. Em especial, fizemos uso da entrevista semiestruturada realizada com um grupo de vinte e



seis pessoas (sete estudantes com deficiência, nove tutores especiais, uma colega colaboradora, oito professores e uma coordenadora do Programa de Tutoria Especial), contendo perguntas básicas em torno do tema investigado, as quais foram gravadas e transcritas *verbatim*. Os sujeitos das entrevistas integram cursos do campus I (Campina Grande/PB): Pedagogia, História, Filosofia, Comunicação Social, Serviço Social, Direito e Física.

Finalizando a coleta de dados, as sessões de observação direta (DANNA, MATOS, 2006) registraram as interações de dois estudantes com deficiência em sala de aula e nas sessões de tutoria. Dentre os sete estudantes entrevistados, elegemos como alvo da observação: Gabriela<sup>1</sup>, estudante com deficiência visual do curso de serviço social e Pedro<sup>2</sup>, aluno com surdez do curso de física.

No caso de Gabriela, foram realizadas oito sessões de observação em sua sala de aula. Tais sessões ocorreram semanalmente durante os meses de novembro e dezembro de 2010 em um dos componentes curriculares frequentado pela referida estudante no terceiro ano do seu curso no turno da manhã. As observações das sessões do atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial a esta estudante também foram conduzidas semanalmente durante o mesmo período, de maneira paralela às observações realizadas na sua sala de aula, totalizando um número de seis sessões.

No caso de Pedro, as sessões na sala de aula ocorreram durante o mês de junho de 2011, sendo duas sessões por semana, totalizando seis encontros. As referidas observações se realizaram em um dos componentes curriculares frequentado pelo estudante Pedro no turno da noite no segundo ano do seu curso. Não houve atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial a este estudante com surdez, pois o tutor e Pedro residiam em cidades diferentes.

De posse dos dados coletados, realizamos, então, a categorização e análise dos comportamentos interacionais. Os conteúdos das entrevistas, assim como dos registros contínuos das observações foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009). Esta análise, segundo Minayo (1994), apresenta como finalidade compreender os dados coletados, responder as questões norteadoras da investigação e ampliar

---

<sup>1</sup> Nome fictício

<sup>2</sup> Nome fictício



o conhecimento sobre o tema pesquisado. Dessa maneira, com a análise de conteúdo objetivamos compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas ou ocultas, e deste modo responder aos questionamentos que nortearam o estudo.

### 3. Resultados e discussão

Os dados obtidos acerca da formação docente revelaram que a forma como os professores da universidade devem lidar com os alunos com deficiência foi tratada pelos entrevistados já no momento das entrevistas. Vejamos a fala de um dos sujeitos do estudo sobre essa questão:

Uma coisa que eu acho importante a gente frisar é a formação dos professores aqui da universidade Eles precisam ter algum tipo de orientação... formação ... não capacitação ... formação ... formação ... o que é? ... é eles entenderem o que é inclusão ... é eles entenderem o que é trabalhar com o deficiente em todos os níveis: deficiente auditivo, o cadeirante, o deficiente visual etc. etc ... é aprender a lidar com essas pessoas, assim como você aprende a lidar com qualquer outro, (...). (Clarissa – Tutora de aluna com deficiência visual).

O depoimento acima, assim como outros obtidos nas demais entrevistas, expressa a necessidade de promoção de formação para os docentes da UEPB acerca da inclusão de estudantes com deficiência para que sejam aprimorados tanto o seu trabalho da sala de aula, como as suas relações interpessoais com os referidos estudantes.

No momento da realização das observações em sala de aula à Gabriela e Pedro, constatamos a existência de uma preocupação por parte de seus professores para estabelecer uma boa interação com os citados estudantes especiais. Vejamos algumas transcrições de sessões de observação nas suas salas de aulas nas quais fica explícita essa preocupação:

... Em certo momento da exposição, a professora perguntou para a aluna especial: - “E aí Gabriela, tem alguma dúvida? Leu o texto com as meninas? Gravou?” A aluna respondeu em tom de voz baixo, o qual não deu para escutá-la. (Protocolo de observação da sala de aula de Gabriela do dia.16/11/2010).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

... No final da resolução da questão, o professor fez sinal para que o aluno surdo fizesse o cálculo final em sua calculadora e revelasse o resultado para ele escrever no quadro. Assim o fazendo, o aluno surdo mostrou o resultado para o tutor, o qual o pronunciou em alta voz para toda a turma. (Protocolo de observação da sala de aula de Pedro do dia.14/06/2011).

No entanto, as situações relatadas nos remetem à necessidade de promoção da formação docente como fator de potencialização dos níveis do atendimento pedagógico de tais professores a seus estudantes com deficiência.

A temática da formação docente vem sendo discutida na contemporaneidade por diversos autores, dentre eles destacamos Bueno (1999), Martins (2009), Freitas (2009), Miranda (2007), Chacon (2004), Pimenta e Anastasiou (2008).

Na visão de Bueno (1999), que pode ser facilmente generalizada para o ensino superior, a formação de professores para o trabalho com estudantes especiais envolve, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a) dos professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos estudantes com “necessidades educativas especiais”; e b) dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses estudantes.

Além de ser voltada para esses dois grupos de docentes, vimos, a partir de outros autores, que a política de formação deve envolver tanto a formação inicial, promovida pelos cursos de graduação, quanto a formação continuada, realizada para os profissionais que estão em serviço. Cada uma com sua importância e valor para a eliminação de barreiras que possam impedir a implantação da educação inclusiva.

A promoção da formação inicial é indispensável, pois a oferta de disciplinas e/ou conteúdos que tratam da educação especial contribui para a formação de profissionais que saiam das universidades já com uma preparação básica e com o domínio de conhecimentos específicos para lidar com estudantes com deficiência.

Com efeito, a Portaria Ministerial nº 1.793/94<sup>3</sup> foi criada a partir da necessidade de revisão dos currículos dos cursos de graduação do ensino superior para que esses preparassem

---

<sup>3</sup> Recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades especiais” nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas e a inclusão de conteúdos relativos a esses aspectos nos cursos de graduação do grupo de Ciência da Saúde, no curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

adequadamente os estudantes que estão sendo formados para o ensino, assim como de outros futuros profissionais que irão interagir com pessoas com deficiência.

Conforme Chacon (2004), a portaria citada foi elaborada a partir do trabalho de um grupo de professores de diversas universidades do país, reunidos pela então SEESP/MEC, para análise de uma pesquisa promovida por essa Secretaria, junto às IES brasileiras, a respeito da formação por elas oferecida na área da educação especial. Depois da discussão do material, o grupo de trabalho “elaborou uma proposta de inclusão de disciplina específica, ou tópicos de educação especial em disciplinas dos cursos formadores de profissionais de 2º e 3º graus que atendem pessoas com necessidades educacionais especiais (p. 322)”, a qual foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação em dezembro de 1993, dando origem à citada Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994<sup>4</sup>, que serviu como ponto de partida para que as IES começassem a repensar e a programar mudanças na sua grade curricular no tocante à formação na área da educação especial.

Além dessa Portaria, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução nº 2, de 11/09/2001, também previram a inclusão de conteúdos de educação especial na formação inicial dos docentes para o desenvolvimento de competências para se trabalhar com estudantes especiais. Para isso, é preciso que se invista na formação inicial docente com currículos bem mais elaborados e atualizados que articulem teoria e prática visando à educação inclusiva. No entanto, Martins (2009) enfatiza que diversas universidades ainda não se estruturaram para incluir disciplinas ou conteúdos relativos ao tema nos currículos dos seus cursos. Segundo a referida autora, outras o fazem de maneira precária, através da oferta de uma única disciplina com carga horária reduzida. Outro aspecto ainda destacado é que muitas disciplinas ainda são ofertadas apenas no curso de Pedagogia, e em caráter eletivo, ou seja, sem a obrigatoriedade dos alunos a cursarem.

Apesar de a formação inicial ser bastante salutar para a execução da inclusão educacional de estudantes com deficiência, a política educacional também deve estender suas ações para a chamada formação continuada dos professores em serviço. Na concepção de Martins (2009), este tipo de formação contribui não somente para suprir lacunas deixadas pela formação inicial, como também para atualizar o conhecimento teórico e prático diante dos

---

<sup>4</sup> Para conhecimento de pesquisa realizada acerca das repercussões da referida Portaria nas IES brasileiras, consultar texto de Chacon (2004).





# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

avanços que vêm se processando na área da educação para um atendimento pedagógico mais adequado.

No debate sobre a formação docente para a prática da educação inclusiva, uma importante questão que se coloca é o dilema: professor generalista ou especialista. Sobre essa polêmica, Bueno (1999) se posicionou afirmando que esta dicotomia se constitui em falsa questão, uma vez que haverá a necessidade tanto do professor do ensino comum adquirir conhecimentos específicos sobre a área das deficiências, quanto do professor de educação especial ampliar suas habilidades de ensino para todo e qualquer aluno. Concordando com Bueno (1999), Freitas (2009, p. 102) afirma que

a formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, aliando a formação de especialista à formação geral dos profissionais da educação, a fim de que a qualificação docente implique na reestruturação das práticas pedagógicas [...].

À luz do pensamento dos autores citados, observamos que a partir da implementação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro na década de 1990, a formação docente continuada passou a se constituir nos dias atuais como uma das ações que deve ser incluída, de maneira prioritária, nas políticas educacionais, por meio de investimentos na formação dos professores, inclusive dos docentes que atuam no ensino superior.

## 4. Conclusões

Diante da realidade das universidades do nosso país, é perceptível a necessidade de qualificação dos professores universitários para lidar com os estudantes que apresentam deficiência. Tais ações se tornam extremamente urgentes e necessárias para que ocorra a permanência dos mesmos em seus estudos de nível superior. Com efeito, o cotidiano das salas de aulas nas IES, em que tais estudantes estão inseridos, vem demonstrando a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

necessidade de transformação de práticas pedagógicas pautadas em aspectos que não condizem com os princípios da educação inclusiva.

Assim, uma das ações prioritárias na universidade é a qualificação dos seus docentes acerca das necessidades educacionais do estudante com deficiência. Sobre isso, Miranda (2007) afirma que, apesar de muitas das ações das IES poderem ser consideradas como iniciativas de natureza inclusivas constata-se que, de uma maneira geral, a qualidade do processo ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência ficam a desejar, devido ao despreparo dos docentes, ocasionado pela falta de uma política de formação de professores e de equipamentos e materiais específicos para esses estudantes.

Pimenta e Anastasiou (2008), tratando da docência no ensino superior, também destacaram, dentre outras questões, esse aspecto da formação dos docentes, enfatizando a falta de preparação específica para o exercício dessa docência, o que, segundo elas, favorece iniciativas de “formação contínua ou em serviço” (p. 36). Segundo essas autoras, ainda que os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontem para o crescimento do número de professores universitários, no período de 1950 a 1992, eles são, em sua maioria, docentes despreparados para desenvolver as funções de pesquisador e de docente.

Diante da experiência de pesquisa vivenciada na UEPB, vemos que essa realidade retratada pelos autores mencionados também se aplica nessa IES. De fato, detectamos nos dois momentos da nossa coleta de dados (entrevistas e observações) insegurança e carência de conhecimentos específicos nos professores para lidar com os estudantes com deficiência. Vimos que mesmo com a preocupação para desenvolverem uma boa interação com os estudantes especiais e de utilizarem procedimentos didáticos adequados às suas necessidades educacionais, existe a carência da formação docente para uma melhor prática da educação inclusiva na instituição.

Dessa forma, ficou perceptível que é necessária a alocação de investimentos institucional na formação continuada do seu corpo docente para uma prática pedagógica que proporcione a permanência com sucesso dos estudantes especiais na academia.





# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70/LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina ou inclusão de conteúdo sobre aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais em cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, set. Marília, 1999. P. 7-25

CHACON, Miguel Cláudio Moriel. Formação de recursos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da portaria ministerial nº 1.793. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 3, set.-dez. Marília, 2004. P. 321-336

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. São Paulo: EDICON, 2006.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação docente sob a ótica da diversidade e da inclusão. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz (Org). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Política pública e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz (Orgs). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles de et al (Orgs.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006.** Cria o Programa de Tutoria Especial no Âmbito da UEPB. Campina Grande, 2006.